



7 • Correio Braziliense — Brasília, segunda-feira, 4 de novembro de 2024

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na sexta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na sexta-feira	Últimos	Comercial, venda na sexta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
1,23% São Paulo	130.730	28/outubro 5,708	R\$ 1.412	R\$ 6,360	10,65%	11,04%	Maio/2024 0,46
0,69% Nova York	128.121	29/outubro 5,761					Junho/2024 0,21
	29/10 30/10 31/10 1/11	30/outubro 5,763					Julho/2024 0,38
		31/outubro 5,781					Agosto/2024 -0,02
							Setembro/2024 0,44

## CONJUNTURA

Na semana do penúltimo Copom do ano, que deve acelerar o ritmo do aperto monetário, em meio à piora do quadro fiscal e de nova disparada do dólar, Lula pede para Haddad cancelar viagem à Europa a fim de focar em "temas domésticos"

# Consenso para alta de 0,50 ponto na taxa Selic

» ROSANA HESSEL

## Mais aperto

Consenso entre analistas do mercado é que o Banco Central vai acelerar o ritmo de aumento da taxa Selic, por conta do aumento das pressões inflacionárias e das incertezas na área fiscal



### EVOLUÇÃO

Decisão do Copom Taxa Selic — Em % ao ano



\*Consenso do mercado para a decisão do Copom desta semana  
\*\*Mediana das projeções do mercado para a taxa Selic do Boletim Focus, do Banco Central

### CARESTIA

A inflação oficial voltou a acelerar e a taxa anualizada deverá ficar acima do teto da meta, de 4,50%, pelas projeções do mercado

### Histórico — IPCA

Variação acumulada em 12 meses — Em %



\*Mediana das projeções do mercado para o IPCA do Boletim Focus, do Banco Central  
Fontes: Banco Central e IBGE



**Os modelos mostram que a Selic precisará chegar a 13,50% e o Banco Central precisará mostrar que tem credibilidade. Esse é o grande problema. O novo presidente do BC precisará ganhar credibilidade e, para isso, deverá agir tecnicamente"**

**Carlos Thadeu de Freitas Gomes,**  
ex-diretor do BC e consultor da CNC

novo patamar para a Selic no fim do ciclo de aperto monetário — que antes estava entre 12% e 12,50% ao ano. Agora, os mais pessimistas chegam a prever que a taxa básica



**A inflação está mais acima do topo da banda do que da meta e tudo desemboca na conclusão de que a inflação 18 meses para frente, que é o horizonte relevante para o qual o Banco Central olha, seguirá mais perto de 5% do que de 3%"**

**Caio Megale,** economista-chefe da XP Investimentos

para 0,50 ponto percentual por conta da inflação mais elevada, mas essa discussão não é uma preocupação apenas aqui no Brasil. Mas a situação fiscal mais expansionista,

o impacto do mercado de trabalho aquecido e a crise climática sugerem uma inflação mais resiliente e, no Brasil, está claro que o Copom vai acelerar o aumento dos juros", afirma Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV.

Logo, o consenso entre os analistas é de que o ritmo de alta dos juros acelera, mas não muito, e isso vai depender dos anúncios do governo na área fiscal. O consenso é de que não haverá surpresa no próximo Copom e a taxa Selic vai subir 0,50 ponto percentual. "O Copom vai manter o ritmo esperado e ajustar, se precisar, na próxima reunião. Com a inflação em risco de ficar acima do teto, o BC poderá ter que ser mais agressivo. O real mais depreciado vai piorar muito as expectativas de inflação e sobrar para o fiscal uma mudança mais agressiva para mudar essa trajetória", explica Sergio Vale.

### Pressões crescentes

Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos, reconhece que os cenários doméstico e externo deram uma piora desde a última reunião do Copom, com Trump com chances de vencer a eleição e o dólar mais forte. Por isso, o aumento de 0,50 ponto percentual na taxa Selic é o mais provável, na avaliação dele que pretende revisar o cenário após o Copom elevar a projeção para a Selic no fim desse ciclo de ajuste monetário. "Atualmente, ainda mantemos a nossa previsão oficial de 12%, mas as medidas de cortes de gastos não estão muito claras, e as autoridades sinalizam algum ajuste só em 2026, que é um ano eleitoral, algo pouco provável", afirma.

Megale lembra que as despesas públicas seguem aumentando há três anos, com isso, "o desafio da política monetária será maior". Ele reconhece que o patamar mais provável para a Selic no fim do ciclo está passando para 13% ao ano e destaca que o aumento dos preços da carne e da energia também estão ajudando a pressionar o IPCA. "A inflação está mais acima do topo da banda do que da meta e tudo desemboca na conclusão de que a inflação 18 meses para frente, que é o horizonte relevante para o qual o Banco Central olha, seguirá mais perto de 5% do que de 3%", explica.

A economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, ressalta que o câmbio mais valorizado é um risco para a inflação prospectiva, e a previsão atual dela para o IPCA, de 4,5% no fim do ano, tem chance de sofrer nova revisão para cima, assim como o ciclo de ajuste monetário, atualmente de 200 pontos-base, ou seja, de uma Selic terminal de 12,50%. "As expectativas de inflação estão desancoradas e o próprio cenário de atividade. Os números estão bons (no terceiro trimestre do ano) e isso reforça a avaliação de que será necessário uma política monetária mais apertada."

Na avaliação do economista Carlos Thadeu de Freitas Gomes, ex-diretor do Banco Central e consultor externo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC),

o Banco Central não tem alternativa a não ser acelerar o ritmo de aumento da taxa Selic, porque a inflação deste ano está subindo e acima do teto da meta. "O BC já deveria ter elevado os juros antes, agora, ele vai ter que continuar aumentando a Selic, mas o Copom tem um limite para subir os juros. Se ele subir demais, também será um problema para a atividade econômica", explica. Pelas estimativas do ex-diretor do BC, se o Copom for independente de fato, a Selic deverá terminar o ciclo de alta em 13,50% ao ano. Isso será um desafio para o futuro presidente do BC, o diretor de Política Monetária, Gabriel Galípulo. Ele assumirá o cargo em janeiro de 2025 e vai ter que encarar esse desafio de preservar a credibilidade do BC junto ao mercado financeiro e provar que não haverá interferência política na instituição, como ocorreu no governo da ex-presidente Dilma Rousseff. "Os modelos mostram que a Selic precisará chegar a 13,50% e o Banco Central precisará mostrar que tem credibilidade. Esse é o grande problema. O novo presidente do BC precisará ganhar credibilidade e, para isso, deverá agir tecnicamente. E, nesse sentido, vai ter que aumentar os juros", explica. Agora, se houver mudança da meta, o BC não vai precisar subir tanto a Selic. "A economia interna mais aquecida pede mais taxa de juros e não tem muita alternativa, porque no cenário externo também há muita incerteza e a inflação dos Estados Unidos não está cedendo também como esperavam", acrescenta Freitas.

Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), reforça que não há dúvidas de que a piora das expectativas de inflação e o real mais desvalorizado contribuem para um aperto maior na política monetária. "Os choques de oferta podem contaminar os núcleos e a atividade e mercado de trabalho passam por uma desaceleração, mas muito gradual. E por fim, o risco fiscal aumentou", afirma. Por enquanto, ela prevê a Selic terminando o ano em 11,75%, em linha com o mercado, e mais um ajuste de 0,25 ponto percentual em janeiro. "E, depois, a Selic deverá ficar nesse patamar por um bom tempo, sem previsão de queda", aposta.

Em artigo do Boletim do Ibre, assinado com o economista Armando Castelar, Silvia Matos defende um ajuste fiscal urgente. "Desde o fim de 2022, o Brasil vem experimentando uma sensível deterioração fiscal, com forte aumento dos gastos e persistente elevação da dívida pública. Isso sem que sejam adotadas medidas capazes de dar resposta adequada aos riscos daí decorrentes. Pelo contrário, o que se viu foram sucessivas propostas de mais e novos gastos, como se o problema não existisse", destaca o texto, lembrando que a dinâmica das contas públicas está parecida com a das vésperas da grande recessão de uma década atrás, quando o déficit nominal estava em 10% do Produto Interno Bruto (PIB).